

# PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

## **CONTRATANTE (UASG)**

(389426)

## **OBJETO**

Seleção de empresa para o fornecimento de licenças Microsoft, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças de software, mas também a execução de serviços de suporte técnico, implantação das soluções, consultoria especializada e treinamento dos usuários finais.

## **VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 5.324.885,30**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **31/03/2026** às **10h** (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço Global

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	16
10. DOS RECURSOS .....	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026  
(Processo Administrativo nº 654251/2026)**

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ/CREA-PA**, por meio da Seção de Licitações, Compras e Contratos - SLIC, sediada na Travessa Doutor Moraes, nº 194, Nazaré – Belém - PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de licenças Microsoft, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças de software, mas também a execução de serviços de suporte técnico, implantação das soluções, consultoria especializada e treinamento dos usuários finais., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 07(sete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no COMPRASNET (CATMAT e CATSER), e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 empresa que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 88.1.1 e 88.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário, mensal, anual e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo definido na tabela constante no item 1.7.1 do Termo de Referência

5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O **intervalo mínimo** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um) real**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da

Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.3.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.3.6 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo de até duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como os elencados do item 9(nove) do Termo de Referência, anexo II deste edital.

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1.No caso de consórcio não ser formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10%, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais, podendo ser exigida, caso necessária, verificação de sua autenticidade.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, salvo em sede de diligência, em até 02(duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos já existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05(cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, quando for o caso.

9.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.creapa.org.br](http://www.creapa.org.br), na opção Licitações em andamento do menu transparência, disponível no link:

<https://crea-pa.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/inicio>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacoes@creapa.com.br](mailto:licitacoes@creapa.com.br) ou por petição protocolada no endereço Travessa Doutor Moraes nº 194 – Nazaré – CEP: 66035-080, Belém-PA remetida a Seção de Licitações, Compras e Contratos, mais precisamente a unidade “PL/PE – PROTOCOLOS LICITAÇÕES/PREGÕES ELETRÔNICOS” disponível no Sistema de Informações Técnicas e Administrativas do Crea-PA (SITAC), garantindo, dessa maneira, a entrega imediata da impugnação ao pregoeiro responsável pela Coordenação do Pregão eletrônico.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, conforme disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.creapa.org.br](http://www.creapa.org.br), na opção Licitações em andamento do menu transparência, disponível no link: <https://creapa.implanta.net.br/portalttransparencia/#publico/Listas?id=79d4e3bf-d2ab-4e63-be06-9f28712af346>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1 Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.11.2 Anexo II – Termo de Referência;
- 14.11.3 Anexo III – Apêndice do Termo de Referência - Anexo I-A;
- 14.11.4 Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;
- 14.11.5 Anexo V - Minuta de Termo de Contrato;

Belém/PA, 19 de fevereiro de 2026.

ADRIANA FALCONERI  
REBELO  
BOY:88096645234

Assinado de forma digital  
por ADRIANA FALCONERI  
REBELO BOY:88096645234

**ENG<sup>a</sup>. CIVIL ADRIANA FALCONERI REBELO BOY**  
**PRESIDENTE DO CREA-PA**

**YURI JORDY**  
**NASCIMENTO**  
**FIGUEIREDO**

Assinado digitalmente por YURI JORDY  
NASCIMENTO FIGUEIREDO  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB, OU=  
16935617000139, OU=Certificado Digital, OU=  
Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=  
YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.03.12 15:30:12.03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
14/01/2025	1.0	Criação do documento, primeira versão	Francisco Soares
21/07/2025	1.1	Adaptação das especificações e finalização.	Francisco Soares
02/10/2025	1.2	Revisão e adequações para serviços necessários a migração e transição de plataforma	Francisco Soares
24/10/2025	1.3	Adequação na descrição dos serviços	Francisco Soares
09/02/2026	1.4	Alteração para ajuste após análise da seção de contratos	Francisco Soares



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

## Estudo Técnico Preliminar para aquisição de pacote de software de escritório

### Microsoft 365, versão Microsoft 365 Business Premium

Belém, 9 de fevereiro de 2026

#### Sumário

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS .....	3
3. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS.....	6
4. ANÁLISE DE SOLUÇÕES.....	6
5. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS.....	8
6. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO) .....	8
7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA.....	9
8. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO .....	10
9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	10
10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.....	10
11. ASSINATURAS.....	12
12. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE .....	12



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

## 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O ETP - Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar os cenários par o atendimento da demanda que consta no DFD – Documento de Formalização de Demanda, bem como viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

## 2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

### 2.1. Identificação das necessidades de negócio

- 2.1.1. A contratação de licenças para pacote de software de escritório está contemplada no Plano de Contratação Anual do CREA-PA no item 54 da tabela Quadro Demonstrativo de contratações – 2026.
- 2.1.2. A Sessão de Tecnologia da Informação em face de suas atribuições solicita a contratação de empresas especializada em fornecimento de pacote de software com ferramentas de automação de escritório, suporte ao gerenciador de usuário e serviço de migração do gerenciador de e-mail atual ZIMBRA para o novo gerenciador de e-mail do pacote.

### 2.2. Identificação das Necessidades Tecnológicas

- 2.2.1. Aquisição de licença de pacote de software que torne o trabalho diário dos colaboradores mais ágil e produtivo na confecção de textos, planilhas, conteúdo de apresentação, na comunicação via e-mail, na produção de reuniões on line e comunicação instantânea. Softwares e serviços, que por sua vez terão como característica principal o armazenamento em nuvem, permitindo que se utilize os seus recursos em qualquer dispositivo, sem a necessidade de investimentos no que se refere à infraestrutura de hospedagem.
- 2.2.2. A solução requerida terá características de acesso híbrido onde será ofertado por conta de usuário, a instalação do pacote no computador de forma local e on line nos dispositivos moveis e computadores de forma segura, alta disponível e com grande capacidade de armazenamento e de crescimento (elasticidade), usando a opção de armazenamento de arquivos em nuvem disponibilizado pelos aplicativos do pacote de software.
- 2.2.3. A solução deverá incluir integração com Active Directory, segurança avançada, colaboração por meio de software para reuniões on line, armazenamento em nuvem e suporte a dispositivos móveis. Deverá oferecer funcionalidades como e-mail corporativo, edição de documentos, videoconferência, gestão de tarefas e projetos colaborativos.
- 2.2.4. Para a prestação de serviços serão admitidos EXCLUSIVAMENTE produtos do fabricante Microsoft, tendo em vista a necessidade de padronização aos requisitos técnicos e de compatibilidade com a plataforma já adotada pelo CREA-PA. A necessidade da manutenção dos sistemas é fundamental para garantir a continuidade e estabilidade das operações. A Microsoft é reconhecida mundialmente por oferecer suporte técnico robusto e atualizado, além de uma extensa rede de parceiros que facilita a integração com outros sistemas e aplicações corporativas. A escolha por essa plataforma também reflete a necessidade de alinhamento com padrões internacionais de segurança e compliance, que são atendidos com excelência pelas soluções Microsoft, proporcionando uma base sólida e escalável para o crescimento e inovação contínuos da nossa infraestrutura tecnológica.



Serviço Público Federal

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA

### Estudo Técnico Preliminar

2.2.5. As especificações técnicas que o pacote de software deve ter é descrito na tabela abaixo.

Funcionalidade	Descrição	Importância
<b>E-Mail, Agenda e Contatos</b>	Estas ferramentas devem funcionar através de Navegador WEB e ter interface moderna, intuitiva, além de funcionarem de forma integrada.	Permitir uma comunicação eficiente a qualquer hora e de qualquer lugar.
<b>Mobilidade</b>	Estar disponível <b>nativamente</b> para Notebooks e Desktops com Windows, Tablets e Smartphones com iOS, Android.	A pluralidade de dispositivos móveis utilizados no Conselho obriga que a solução esteja disponível em diversas plataformas e a necessidade de ser nativa se justifica pela necessidade de uso máximo de recursos disponíveis para se obter a melhor experiência a partir da plataforma utilizada.
<b>Segurança no acesso</b>	Autenticação em 2 etapas, suporte a certificado digital e uso de tokens. Criptografia dos dados, proteção contra ataques Hacker's e acesso restrito aos Data Centers que vão armazenar as informações em nuvem.	A segurança no acesso as informações e na proteção dos dados é fundamental para garantir privacidade, integridade e uso indevido de informações estratégicas. A principal ferramenta de comunicação utilizada é o e-mail e recursos adicionais vão garantir uma comunicação mais segura, eficiente e com um alto grau de privacidade e controle no tráfego de informações estratégicas e confidenciais.
<b>Recursos adicionais de segurança para mensagens de E-mail</b>	Enviar E-mails que não podem ser encaminhados, impressos e não possam ser lidos após um período configurável.	
<b>Data Center no Brasil</b>	Permitir que as informações disponíveis na nuvem pública estejam armazenadas em Data Centers localizados no Brasil.	As contas que estão em nuvem pública tratam informações não estratégicas, porém é necessário que estes dados estejam no Brasil para que estejam sujeitos unicamente às leis e soberania brasileiras.
<b>Pacote de Escritório</b>	Pacote de aplicativos com Processador de Texto, Planilha Eletrônica, Apresentação.	Padronizar o uso de uma ferramenta de Escritório no Conselho, com aprendizado fácil.
<b>Plataforma para Desenvolvimento de Sites, Intranets e Sistemas</b>	Solução para desenvolvimento de Sites, Intranets, Gerenciamento Eletrônico de Documentos e outros sistemas.	Integrar, Customizar e Expandir a solução aos outros sistemas utilizados no Estado.
<b>Mensagem Instantânea e Videoconferência</b>	Comunicação Instantânea de texto, áudio e vídeo, através da rede de dados.	Facilitar a comunicação entre os servidores, proporcionando redução nos custos de deslocamentos e chamadas telefônicas.
<b>Rede Social</b>	Rede social para criar conexões e facilitar o trabalho coletivo de forma remota.	
<b>Drive virtual</b>	Drive virtual para armazenamento de arquivos na nuvem.	

2.2.6. A solução deverá suportar no mínimo aos seguintes níveis de usuários:

2.2.6.1. Usuário– cliente comum dividido em duas categorias: Básico e Avançado;

2.2.6.2. Administrador - permissão para criar, excluir e alterar dados e contas dos clientes, além de acessar o portal de operações, gerenciar os serviços de pesquisas e auditorias;

2.2.7. As contas e-mail usarão o domínio principal @creapa.org.br, possibilitando a utilização de domínios secundários, como o @creapa.com.br.

2.2.8. As interfaces e telas das soluções oferecidas devem estar disponíveis no idioma português do Brasil.

2.2.9. Possuir site de administração que permita aos administradores do CREA-PA o gerenciamento de todo o conjunto de serviços contratados, provendo a gestão de contas, listas, grupos e outro recurso à solução.



Serviço Público Federal

## **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

- 2.2.10. Permitir aos usuários finais da solução fazer login único para acesso aos serviços disponíveis.
- 2.2.11. Oferecer serviços baseados na Internet projetados para atender à necessidade de segurança, confiabilidade e produtividade do usuário.
- 2.2.12. Permitir administração remota através da console Web e/ou via linha de comando. Permitir que os administradores possam realizar tarefas através de script e processos automatizados.
- 2.2.13. Possuir interface de acesso aos serviços, compatível com os navegadores atuais do mercado.
- 2.2.14. Permitir aos administradores a configuração de diretivas de controle de acesso por usuários ou grupos específicos dentro da empresa, usando a interface baseada na web.
- 2.2.15. Dispor de serviços ou utilitários para migração de contas legadas para ambiente em nuvem.
- 2.2.16. Prover ferramentas para comunicação institucional por meio de troca de mensagens de correio eletrônico, com endereços/contas de e-mail pessoais e institucionais com alta disponibilidade e capacidade de armazenamento.
- 2.2.17. Reuniões por meio de videoconferências.
- 2.2.18. Disponibilizar ferramentas de apoio à automação de escritório para manter e possibilitar:
  - 2.2.18.1. Controles individuais de compromissos e tarefas, reuniões;
  - 2.2.18.2. Controle de marcação de reuniões com compartilhamento da disponibilidade de agenda dos participantes;
  - 2.2.18.3. Edição de textos e arquivos a serem publicados em Intranet/Internet.
  - 2.2.18.4. Publicação compartilhada de arquivos/textos em sites de Intranet/Internet.
  - 2.2.18.5. Edição de planilhas de cálculos matemáticos e manipulação de textos para tabulação e análise de dados e simulação de cenários.
  - 2.2.18.6. Prover ferramentas para o planejamento e controle de trabalho em equipe, com compartilhamento de arquivos, chat permanente e gerenciamento de projetos colaborativos.
  - 2.2.18.7. Permitir meios para gravação, manutenção e publicação interna de uma biblioteca de vídeos, bem como a geração de streaming para transmissão de eventos para público interno e externo.
- 2.2.19. Prover infraestrutura para armazenamento e compartilhamento de arquivos eletrônicos em ambiente de nuvem, com alta disponibilidade e segurança adequada nas condições de acesso, mesmo fora do ambiente da rede de dados do CREA-PA.
- 2.2.20. Sincronização com o ambiente Active Directory.
- 2.2.21. Permitir a instalação do pacote de software de escritórios nos dispositivos do CREA-PA, tais como (PCs, Macs, tablets e smartphones).
- 2.2.22. Para cada Usuário é permitido a instalação simultânea em até 5 dispositivos, do pacote de softwares para escritório.
- 2.3. Serviço de implantação e migração do ativo de e-mail, migração de caixas de e-mail e arquivos da plataforma em uso atualmente no CREA-PA, migração do gerenciador ZIMBRA para a nova plataforma de gerenciamento de e-mail e definição do file server para o uso do sharepoint.
- 2.4. Configuração da plataforma, suporte ao gerenciador de usuários, governança de dados, segurança e dispositivos.



Serviço Público Federal

## **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

- 2.4.1. serviço de configuração inicial de plataforma de colaboração Microsoft 365 Business Premium com Teams, migração de arquivos e de caixa de e-mail para a plataforma, acompanhamento assistido e treinamento.

### **3. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS.**

- 3.1. A estimativa de quantidade de licenças está diretamente proporcional a quantidade de Colaboradores que o CREA-PA possui com margem de 40% de garantia de licenças livres para eventuais aumentos da quantidade de funcionários.
- 3.2. Em outubro de 2025 o Conselho possui 196 Colaboradores, conforme informação enviada por e-mail a chefia da Seção de Recursos Humanos, com a inclusão de novos funcionários provenientes da lista de aprovados no concurso realizado em dezembro de 2024, faremos a contratação de 205 licenças. Temos 148 funcionários e 48 estagiários totalizando 196 Colaboradores, ficando 9 licenças de backup.

### **4. ANÁLISE DE SOLUÇÕES**

- 4.1. O mercado atual apresenta diversos pacotes de software de escritório, com várias características e ferramentas que ajudam no trabalho diário dos usuários.
- 4.2. Há algumas soluções relevante como o software livre O LibreOffice que é um pacote de escritório gratuito e código aberto, um projeto da The Document Foundation. A suíte utiliza o formato OpenDocument (ODF – OpenDocument Format), é também (parcialmente) compatível com os formatos do Microsoft 365 Business Premium, além de outros formatos legados. Oferece todas as funções esperadas de um pacote de software para escritório profissional: editor de textos, planilha, editor de apresentações, editor de desenhos e banco de dados. E muito mais: exportação para PDF, editor de fórmulas científicas, extensões etc. É composto dos seguintes aplicativos: Writer – Editor de texto. Calc – Planilha. Impress – Editor de apresentação. Draw – Editor de Desenho. Math – Editor de Fórmulas. Base – Banco de dados.
- 4.3. Possui dependência do Java Runtime Enviroment (JRE) para algumas funcionalidades.
- 4.4. Não possui integração nativa com nenhum tipo de plataforma colaborativa e não oferece qualquer suporte próprio para isso. Segurança precária, limitada apenas a proteger os documentos com a senha.
- 4.5. Não dispõe de nenhum tipo de tecnologia que proteja informações confidenciais contra acesso não autorizado, como o Information Rights Management (IRM).
- 4.6. Não possui integração nativa com as tecnologias utilizadas no CREA-PA, tais como: Active Directory, Exchange, Sharepoint, SQL Server, OneDrive for Business, etc.
- 4.7. Os pacotes que encontramos no mercado podem auxiliar nas tarefas dos colaboradores do CREA-PA, porém a adaptação ao software e a conversão de diversos documentos que já estão no padrão do pacote Microsoft 365 Business Premium, fornecido pela empresa Microsoft, ajudará na agilidade do processo, e as funcionalidades já aprendidas no pacote de software citado, são fatores importante para a escolha do pacote de software.



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA

Estudo Técnico Preliminar

#### 4.8. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição do pacote de software da Microsoft 365 Business Premium
2	Aquisição do pacote de software, Google Workspace
3	Aquisição do pacote de software livre O LibreOffice

#### 4.9. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

- 4.9.1. O Microsoft 365 Business Premium, inclui versões para Web e dispositivos móveis do Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Microsoft Teams e OneNote, bem como versões para desktop e dispositivos móveis. São características que não encontramos nos demais fabricantes. Dentre as definições dos critérios já estabelecidas, a solução que possibilita todos os requisitos necessários é o pacote Microsoft 365 Business Premium. Outras soluções atendem de forma parcial, pois estão disponíveis exclusivamente em nuvem pública ou privada ou não possuem pacote de escritório integrado.
- 4.9.2. A solução Google Workspace (antigo G Suite), esta solução somente pode ser rodada através do browser, navegador de internet, este pacote não tem a opção de instalar as ferramentas no dispositivo. Possui as seguintes funcionalidades: Editor de textos, Planilha, Apresentação e Serviços de e-mail online, há algumas funcionalidades que o usuário só vai encontrar no pacote Microsoft 365 Business Premium, e também a forma de operar os arquivos são mais conhecidas dos usuários do CREA-PA, uma vez que já se usa o pacote da Microsoft no Conselho por vários anos.
- 4.9.3. A solução O LibreOffice, é um pacote de software para escritório que tem a plataforma livre, tem o código aberto com muita dificuldade de aprendizado e de operação par os usuários.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3	X		
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações	Solução 1			X



Serviço Público Federal

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA

Estudo Técnico Preliminar

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 2			X
	Solução 3			X

## 5. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS.

- 5.1. O pacote LibreOffice, não atende a alguns requisitos básicos necessários para o desenvolvimento das atividades laborais dos Colaboradores do CREA-PA como:
- 5.1.1. Não possui em sua lista de software Ferramenta de correio eletrônico.
  - 5.1.2. Não faz a sincronização com o ambiente Active Directory.
  - 5.1.3. Não possui a ferramentas de gravação de vídeos e de reuniões de áudio/videoconferências.
  - 5.1.4. Não possui um ambiente de forma integrada de ferramentas entre si (edição de planilhas, textos, bancos de dados).
  - 5.1.5. Não possui Ferramentas de Chat em Grupo.
  - 5.1.6. Não possui Ferramenta de criação de intranet corporativa e gestão de conteúdo.
  - 5.1.7. Não possui um aplicativo para sincronização de repositório de arquivos.
  - 5.1.8. Não possui um aplicativo de bloco de anotações digital. Não suporta a importação de arquivos PDF.
  - 5.1.9. Não oferece suporte para integração com mensagem instantânea (IM), voz, vídeo, VOIP ou compartilhamento de tela.

## 6. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 6.1.1. Disponibilização de moderna plataforma de produtividade que sustentará toda a rotina administrativa e funcional de membros e servidores avançados.
- 6.1.2. Com a possibilidade de armazenamento e compartilhamento dos arquivos em nuvem, teremos a redução da necessidade de investimentos em infraestrutura de processamento e armazenamento.
- 6.1.3. Disponibilização de área de armazenamento de documentos com backup.
- 6.1.4. Uso simplificado dos e-mails.
- 6.1.5. Maior nível de segurança no armazenamento dos dados institucionais.
- 6.1.6. O uso de uma única solução para vários recursos e ferramentas de uso comum para todos os usuários.
- 6.1.7. Reduzir custos de treinamento em relação aos usuários finais.
- 6.1.8. Possibilidade de trabalho remoto, inclusive por meio de dispositivos móveis.

## 7. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

### 7.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

- 7.1.1. Solução 1
- 7.1.2. O Valor médio mensal estimado da aquisição dos itens é de: R\$ 190.012,98 (cento e noventa mil, doze reais e noventa e oito centavos) mensal. Tendo o valor global do contrato para 36 meses no valor de R\$ 6.840.467,40 (seis milhões, oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).



Serviço Público Federal

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA

Estudo Técnico Preliminar

- 7.1.3. O valor de anual de R\$ 2.389.020,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil e vinte reais) estarão previsto no contrato para eventuais serviços específicos, que serão demandados conforme necessidade da Seção de TI, após serem aprovados pela gestão do Conselho.
- 7.1.4. O valor de R\$ 39.085,00 (tinta e nove mil oitenta reais) estarão previstos no contrato para uso no momento de instalação e migração dos serviços de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma Exchange plan 1 e Instalação e migração do Sharepoint.
- 7.1.5. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CREA-PA.
- 7.1.6. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 7.1.7. Gestão/Unidade – Seção de Tecnologia da Informação.
- 7.1.8. Conforme disponibilidade orçamentária da conta 6.2.2.1.1.01.04.09.005 - Serviços de Informática, referente ao Plano de contratação anual, tabela quadro demonstrativo de contratação 2026, item 54 – Microsoft office, teams, pacote office e nuvem.
- 7.1.9. As despesas decorrentes da execução dos serviços a serem contratados correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREA-PA.

Item	CATSER	Descrição	Qtde	valor unitário	valor mês	valor anual	valor contrato
1	26077	Microsoft 365 - Business Premium	205	R\$ 870,00	R\$ 178.349,49	R\$ 2.140.193,85	R\$ 6.420.581,55
2	26077	Power BI PRO	5	R\$ 595,87	R\$ 2.979,36	R\$ 35.752,35	R\$ 107.257,05
3	26077	Exchange online (plan 1)	40	R\$ 217,10	R\$ 8.684,13	R\$ 104.209,60	R\$ 312.628,80
4	24970	Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)	300	R\$ 400,00	R\$ 120.000,00	R\$ 1.440.000,00	R\$ 4.320.000,00
5	27022	Suporte técnico especializado de consultoria e suporte através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, Exchange plan 1 e sharepoint	300	R\$ 263,62	R\$ 79.085,00	R\$ 949.020,00	R\$ 2.847.060,00
6	27022	Serviço de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma Exchange plan 1	1	R\$ 14.200,00	R\$ 14.200,00	--	R\$ 14.200,00
7	27022	Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft	1	R\$ 24.885,00	R\$ 24.885,00	--	R\$ 24.885,00
				R\$ 41.431,59	R\$ 428.182,98	R\$ 4.669.175,80	R\$ 14.046.612,40

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

- 8.1. A solução escolhida é a solução 1, pacote de software de escritório da Empresa Microsoft pacote Microsoft 365 Business Premium.
- 8.2. A solução Microsoft 365 Business Premium consiste em uma forma de colaboração e produtividade da Microsoft, disponibilizada em ambiente de nuvem, que integra aplicativos e recursos digitais com vistas a proporcionar ferramentas que possibilitem o aumento da eficiência na realização de atividades comuns relacionadas a produção digital de conteúdo e na organização e comunicação dentro das equipes de trabalho pela colaboração por meio das ferramentas da solução. O modelo adotado por este tipo de solução é o de assinatura (subscrição) por um período pré-estabelecido de 60 meses.
- 8.3. Bens e serviços que compõem a contratação:
- 8.3.1. A licença de software **Microsoft 365 Business Premium** é uma solução completa de produtividade e colaboração em nuvem, fornecida pela Microsoft com gerenciamento, acesso e usuários para até 205 funcionários. Inclui as versões para desktop, Web e dispositivos móveis do Word, Excel, PowerPoint e Outlook.



Serviço Público Federal

## **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

- 8.3.2. Armazenamento de e-mail no Exchange Online: Cada usuário tem uma caixa de correio com capacidade de armazenamento de 50 GB no Exchange Online, permitindo o recebimento, envio e gerenciamento de e-mails, além de recursos avançados de organização e pesquisa.
- 8.3.3. Oferece recursos de comunicação e colaboração, como Microsoft Teams e Share-Point Online, facilitando a colaboração entre equipes e o compartilhamento de informações.
- 8.3.4. Armazenamento no OneDrive for Business: Cada usuário tem direito a 1 TB de armazenamento pessoal no OneDrive for Business, permitindo que os usuários armazenem e acessem seus arquivos de forma segura na nuvem.
- 8.3.5. Recursos de segurança e conformidade: O Microsoft 365 Business Premium inclui recursos avançados de segurança e conformidade, como proteção contra ameaças de segurança, criptografia de dados e conformidade regulatória.
- 8.3.6. Recursos de administração e suporte: A subscrição fornece recursos de administração centralizada, permitindo que os
- 8.3.7. Administradores gerenciem usuários, configurações e políticas de segurança. Além disso, inclui suporte técnico da Microsoft para solucionar problemas e responder a perguntas.
- 8.3.8. Aplicativos adicionais como Microsoft Loop, Clipchamp, Bookings, Planner e Forms.
- 8.3.9. Suporte da Microsoft 24 horas por dia, pelo telefone ou pela Web.
- 8.3.10. Experiência de chat com IA fundamentada na web, assistência para escrita, análise de dados e acesso a agentes.
- 8.3.11. O Microsoft 365 Copilot disponível como complemento

## **9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O Valor médio mensal estimado da aquisição dos itens é de: R\$ 190.012,98 (cento e noventa mil, doze reais e noventa e oito centavos) mensal. Tendo o valor global do contrato para 36 meses no valor de R\$ 6.840.467,40 (seis milhões, oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
- 9.2. O valor de anual de R\$ 2.389.020,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil e vinte reais) estarão previsto no contrato para eventuais serviços específicos, que serão demandados conforme necessidade da Seção de TI, após serem aprovados pela gestão do Conselho.
- 9.3. O valor de R\$ 39.085,00 (tinta e nove mil oitenta reais) estarão previstos no contrato para uso no momento de instalação e migração dos serviços.

## **10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.
- 10.1.2. As especificações do serviço a ser adquirido, não oferece risco ao meio ambiente.

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

- 11.1.1. Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:



Serviço Público Federal

## Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA

Estudo Técnico Preliminar

- 11.1.1.1. Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 11.1.1.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;
- 11.1.1.3. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 11.1.1.4. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 11.1.1.5. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- 11.1.1.6. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26/05/2017 e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 11.1.1.7. A contratação pretendida busca uma solução com reflexos importantes em todos os ambientes da Superintendência, pois além de viabilizar impressões e fotocópias, viabiliza a digitalização de documentos para que possam ser utilizados no sistema de processo administrativo eletrônico.
- 11.1.1.8. Assim, podem-se elencar como atividades necessárias e significativas em todo o procedimento, ao menos:

Item	Atividades	Responsável	Prazo (dias)
1	Preparação do conjunto de documentos para atendimento das normas relacionadas à contratação	Equipe de planejamento da contratação; Seção de Informática do CREA-PA	45
2	Determinação de recursos financeiros para a contratação	Ordenador de despesas	5
3	Análise do processo pelas diversas gerências, onde há a necessidade de análise conforme fluxo do processo interno.	Analistas, gerentes, Controladoria, Procuradoria Jurídica e Superintendência	20



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA**

Estudo Técnico Preliminar

4	Desenvolvimento das atividades relacionadas à licitação, propriamente dita	Seção de compras e Licitações	45
5	Formalização da contratação	Seção de compras e Licitações	10
6	Início da prestação dos serviços	Gestor e Fiscal do respectivo contrato	20
Total de dias			145

## 12. ASSINATURAS

12.1.1. Este estudo foi desenvolvido pelos Colaboradores da Seção de Tecnologia da Informação do CREA-PA.

### INTEGRANTE TÉCNICO

Francisco Soares

Analista da Seção de Tecnologia da Informação

### INTEGRANTE REQUISITANTE

Fábio Barbosa Amaral

Assessor da Presidência/chefe da seção de TI

## 13. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

13.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

Belém, 9 de fevereiro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente  
**ANDREJEV PEREIRA DE SOUZA**  
Data: 09/02/2026 16:59:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
**RENATO HENRIQUE CARNEIRO HAGEVAZ**  
Data: 10/02/2026 08:03:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNA CHAVES DE OLIVEIRA:86019279200 Assinado de forma digital por BRUNA CHAVES DE OLIVEIRA:86019279200

gov.br Documento assinado digitalmente  
**MERCIA PIEDADE DO AMARAL**  
Data: 12/02/2026 08:39:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
02/10/2025	1.0	Criação	Francisco Soares
24/10/2025	1.2	Adequação na descrição dos serviços	Francisco Soares
18/11/2025	1.3	Adequação na descrição dos serviços	Francisco Soares
09/12/2025	1.4	Descrição de serviço para uso banco de horas	Francisco Soares
05/01/2026	1.5	Atualização da descrição dos serviços do objeto	Francisco Soares
15/01/2026	1.6	Adicionar novos serviços que serão executados no início do contrato.	Francisco Soares
10/02/2026	1.7	Alteração para ajuste após análise da seção de contratos.	Francisco Soares
12/02/2026	1.8	Atualização do tempo de contrato e valores	Francisco Soares
20/02/2026	1.9	Incluir texto explicativo sobre valores anuais dos itens.	Francisco Soares



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência  
**Anexo I**

Termo de Referência para Serviço de TIC – LEI 14.133/2021, Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO .....	4
3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	7
4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO .....	7
5. PAPEIS E RESPONSABILIDADES .....	10
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	12
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	13
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	15
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO ..	19
10. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	21
11. REAJUSTE .....	22



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. A presente contratação tem como objetivo a seleção de empresa especializada para o fornecimento de licenças Microsoft, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças de software, mas também a execução de serviços de suporte técnico, implantação das soluções, consultoria especializada e treinamento dos usuários finais.
- 1.2. Modelo de negócio baseado em Fornecimento de Licenças do tipo SaaS, onde será fornecida licença por usuário.
  - 1.2.1. A contratada deverá prover licenças de software Microsoft, conforme as especificações técnicas e quantidades estabelecidas neste documento e seus anexos, garantindo a adequação às necessidades institucionais e a conformidade com as versões e funcionalidades requeridas.
- 1.3. Suporte Técnico
  - 1.3.1. O serviço contratado inclui suporte técnico, responsável por orientar e solucionar dúvidas ou incidentes relacionados às licenças e ao funcionamento dos softwares fornecidos. Esse suporte deverá ser prestado durante todo o período de vigência contratual, de acordo com os níveis de serviço estabelecidos. Bem como migração de arquivos e de caixa de e-mail para a nova plataforma.
- 1.4. Implantação
  - 1.4.1. A empresa contratada será responsável pela implantação das soluções Microsoft adquiridas, compreendendo a instalação, configuração e integração dos softwares ao ambiente de tecnologia da informação da organização, conforme as melhores práticas de mercado e as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.5. Consultoria Especializada
  - 1.5.1. Serão ofertados serviços de consultoria, visando orientar a melhor utilização dos recursos das soluções Microsoft, apoiar na tomada de decisões técnicas e adequar as funcionalidades do software às demandas específicas da instituição.
- 1.6. Treinamento
  - 1.6.1. É parte do escopo contratado a realização de treinamentos para os usuários finais, com o objetivo de capacitá-los quanto à correta utilização das ferramentas e potencialização dos benefícios advindos da implementação das licenças Microsoft.
- 1.7. Fornecimento do objeto
  - 1.7.1. Segue abaixo o quadro completo com todas as licenças e serviços que serão adquiridos bem como suas respectivas quantidades

Item	CATSER	Descrição	SKU MICROSOFT	Qtde	Unidade	Apuração/Pagamento
1	26077	Microsoft 365 - Business Premium	CFQ7TTC0LCHC	220	Licenças	Unitária/Anual
2	26077	Power BI PRO	CFQ7TTC0LHSF	5	Licenças	Unitária/Anual
3	26077	EXCHANGER online (plan 1)	TRA-00047	40	Licenças	Unitária/Anual
4	24970	Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)	N.A.	300	Horas totais	Sob demanda/Anual
5	27022	Suporte técnico especializado de consultoria e suporte, através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, EXCHANGER plan 1, Power BI e Sharepoint	N.A.	300	Horas totais	Unitária/Anual
6	27022	Serviço de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma EXCHANGER plan 1	N.A.	1	Unidade	Pagamento único
7	27022	Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft	N.A.	1	Unidade	Pagamento único

- 1.8. O ciclo de vida do objeto inclui a entrega das licenças, instalação e migração dos dados do sistema de e-mail antigo para nova plataforma adquirida, bem como instalação e migração do Sharepoint, treinamento dos usuários, monitoramento contínuo do desempenho.
- 1.9. O pregão eletrônico será feito em lote único, com sete itens, conforme quadro abaixo.
- 1.10. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e contínuo, uma vez que se trata de fácil descrição.



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 1.11. O prazo de vigência da contratação é de **cinco anos** contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por mais cinco anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.12. A prorrogação que trata o objeto do contrato é condicionada a avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deve ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 2.1. Contratação de empresas parceira da Microsoft e especializadas no fornecimento de licenças através de contrato Cloud Solution Provider (CSP), contratação de licenciamento CSP com fidelidade anual, sendo permitido redução de licenças apenas no final do contrato, e a inclusão de novas licenças durante a vigência;
- 2.2. Contratação de Empresa que forneça serviços de operação, sustentação e capacitação nos produtos e licenças contratados da Microsoft, com profissionais certificados e treinados adequadamente.
- 2.3. A solução de TIC consiste em especificações técnicas mínimas:

### **PRODUTOS E LICENÇAS MICROSOFT**

#### **2.3.1. Microsoft 365 Business Premium:**

- 2.3.1.1. Descrição: O Microsoft 365 Business Premium é uma suíte de produtividade e segurança abrangente que combina o Office 365, serviços de produtividade em nuvem, recursos avançados de segurança, ferramentas para colaboração, proteção contra ameaças cibernéticas e gerenciamento de dispositivos, tudo em um único pacote.
- 2.3.1.2. Recursos Principais:
- 2.3.1.3. Microsoft 365 Business Premium 365 Apps: Inclui acesso aos aplicativos do Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.) para desktop, web e dispositivos móveis, com atualizações automáticas.
- 2.3.1.4. EXCHANGER Online: Serviço de e-mail hospedado na nuvem com caixa de correio de 50 GB por usuário e recursos de segurança avançados.
- 2.3.1.5. OneDrive for Business: Armazenamento em nuvem pessoal com 1 TB de espaço por usuário para armazenamento e compartilhamento de arquivos.
- 2.3.1.6. **Teams: Plataforma de comunicação e colaboração que oferece bate-papo, videoconferência, chamadas e integração com outros aplicativos.**
- 2.3.1.7. SharePoint Online: Plataforma de colaboração para criar sites, intranets e portais de equipe.
- 2.3.1.8. Microsoft Defender for Endpoint: Solução avançada de proteção de endpoints que oferece prevenção, detecção, investigação e resposta a ameaças.
- 2.3.1.9. Microsoft Intune: Solução de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) e gerenciamento de aplicativos móveis (MAM) para proteger e gerenciar dispositivos e aplicativos.
- 2.3.1.10. Proteção de Identidade e Dados: Recursos como autenticação multifator (MFA), criptografia e controle de acesso para dados confidenciais.

#### **2.3.2. Power BI PRO:**

- 2.3.2.1. Plataforma de análise de negócios para visualizar e compartilhar insights de dados, permite criar, visualizar e compartilhar relatórios e dashboards de forma segura, com recursos avançados de organização em workspaces, acesso móvel e análise em tempo real.
- 2.3.2.2. Recursos Principais
- 2.3.2.3. Criação de Relatórios Interativos: Ferramentas para desenvolver dashboards dinâmicos e visualizações personalizadas.
- 2.3.2.4. Compartilhamento Seguro: Publicação e compartilhamento de relatórios com controle de acesso e permissões.
- 2.3.2.5. Colaboração: Integração com Microsoft Teams e outros aplicativos para colaboração em tempo real.
- 2.3.2.6. Atualização Automática de Dados: Conexão com diversas fontes de dados e atualização agendada para manter informações sempre atualizadas.



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 2.3.2.7. Integração com Excel e Aplicativos Microsoft: Importação e análise de dados diretamente do Excel e outros serviços Microsoft.
- 2.3.2.8. Capacidade de Modelagem de Dados: Recursos para transformar, limpar e modelar dados complexos.
- 2.3.2.9. Segurança e Governança: Controle de acesso baseado em funções, criptografia e conformidade com padrões de segurança corporativa.
- 2.3.3. **EXCHANGER Online plan 1:**
  - 2.3.3.1. Descrição: O EXCHANGER Online - Plano 1 é um serviço de e-mail hospedado na nuvem oferecido como parte da suíte Office 365 da Microsoft. Ele fornece recursos essenciais de e-mail e colaboração para organizações de todos os tamanhos, eliminando a necessidade de gerenciar servidores de e-mail locais.
  - 2.3.3.2. Recursos Principais:
  - 2.3.3.3. Caixa de Correio do EXCHANGER: Cada usuário recebe uma caixa de correio hospedada na nuvem com uma capacidade de armazenamento de entrada 50 gb;
  - 2.3.3.4. Acesso Web: Os usuários podem acessar seus e-mails, calendários e contatos por meio de um navegador da web em qualquer lugar, a qualquer momento.
  - 2.3.3.5. Funcionalidade de Calendário: Os usuários podem criar, compartilhar e gerenciar calendários, agendar reuniões e eventos, e receber lembretes.
  - 2.3.3.6. Contatos Compartilhados: Os usuários podem criar e gerenciar listas de contatos compartilhadas para colaboração eficaz.
  - 2.3.3.7. Segurança Avançada: O EXCHANGER Online inclui recursos de segurança avançados, como proteção contra malware e spam, filtragem de e-mails indesejados e criptografia de mensagens.
  - 2.3.3.8. Conformidade e Arquivamento: Funcionalidades de conformidade, como retenção de e-mails e arquivamento, ajudam as organizações a atender a requisitos regulatórios e de conformidade.
  - 2.3.3.9. Integração com Outlook: Integra-se perfeitamente com o aplicativo de e-mail Microsoft Outlook para uma experiência de usuário consistente em desktops, dispositivos móveis e na web.
- 2.3.4. **Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)**
  - 2.3.4.1. Este serviço consiste em contemplar demandas específicas da área de TIC, voltadas para gestão e administração do pacote MICROSOFT 365 BUSINESS PREMIUM / EXCHANGER, que envolva instalação, correção e manutenção.
  - 2.3.4.2. O banco de horas técnica estará disponível para novas demandas ou correções de problemas não previstos após a instalação da solução.
  - 2.3.4.3. O serviço especializado será demandado através de Ordens de Serviço (OS) prevendo o quantitativo de hora técnica a ser consumida, o período de execução e a descrição dos serviços a serem executados.
  - 2.3.4.4. O pagamento deverá ser realizado de acordo com a quantidade prevista e vinculadas ao item da Ordem de Serviço, após autorização da unidade administrativa competente, no CREA-PA. Qualquer alteração na quantidade de horas deverá ser justificada e previamente aprovada pelo CREA-PA.
  - 2.3.4.5. Os serviços proporcionais de gerenciamento de projetos e liderança técnica deverão estar incluídos dentro do valor da hora.
  - 2.3.4.6. O serviço especializado abrange as seguintes atividades, podendo através de livre acordo entre as partes, através de comunicação formal abrangerem itens não contemplados neste edital.
  - 2.3.4.7. Plataforma Colaborativa -Suporte a Gestão da plataforma MICROSOFT 365 BUSINESS PREMIUM / EXCHANGERR ONLINE PLAN 1
  - 2.3.4.8. Treinamentos e workshops: Microsoft 365 Business Premium / EXCHANGERR ONLINE PLAN 1, Power BI e Sharepoint.
  - 2.3.4.9. Consultoria Estratégica.
  - 2.3.4.10. Treinamento na plataforma Microsoft, podendo através de livre acordo entre as partes, através de comunicação formal abrangerem itens não contemplados neste edital.
  - 2.3.4.11. Governança e Compliance.
  - 2.3.4.12. Arquitetura suportada: Microsoft.



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência **2.3.5. Suporte técnico especializado de consultoria e suporte, através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, EXCHANGER plan 1, Power BI e Sharepoint**

- 2.3.5.1. Suporte e gerenciamento licenças para usuários da plataforma Microsoft 365 - Business Premium.
- 2.3.5.2. Governança e Compliance.
- 2.3.5.3. Quantidade estimada no ano 300 horas técnicas.
- 2.3.5.4. Os serviços serão executados sob demanda do CREA-PA e com agendamento prévio, devendo ser realizado de forma remota.
- 2.3.5.5. Os serviços deverão ser realizados durante o horário de expediente do CREA-PA de segunda-feira a sexta-feira no horário comercial das 8h às 14h.
- 2.3.5.6. Procedimento para execução dos serviços:
  - 2.3.5.6.1. Abertura da demanda: responsável CREA-PA, fazer o levantamento e identificação da necessidade do serviço, descrevendo de forma detalhada o escopo preliminar do serviço.
  - 2.3.5.6.2. Análise técnica e estimativa de escopo: responsável a CONTRATADA, que apresentará o levantamento técnico dos requisitos, definição das tecnologias Microsoft a serem realizadas, estimativa de horas e recursos entregáveis, estimativa de esforço (horas técnicas) e cronograma preliminar.
  - 2.3.5.6.3. Criação da Ordem de Serviço – OS: responsável CREA-PA fará a abertura da OS contendo escopo detalhado, objetivos, tecnologias Microsoft envolvidas, estimativa de esforço (hora técnica), cronograma previsto, equipe alocada: nome e perfil, forma de acompanhamento: reuniões, sprints ou outra forma que melhor se adeque para acompanhamento e/ou medição de resultados e o responsável pela homologação e validação.
  - 2.3.5.6.4. Execução do serviço: responsável CONTRATANTE, será desenvolvido conforme escopo, comunicação constante com a equipe do CREA-PA responsável, no final do serviço entrega da documentação necessária.
  - 2.3.5.6.5. Entrega e validação: responsável a CONTRATADA, esta deverá apresentar relatório com resultado, teste, homologação, correção se necessário e documentação técnica
  - 2.3.5.6.6. O pagamento deverá ser realizado de acordo com a quantidade prevista e vinculadas ao item da Ordem de Serviço, após autorização da unidade administrativa competente, no CREA-PA. Qualquer alteração na quantidade de horas deverá ser justificada e previamente aprovada pelo CREA-PA.
  - 2.3.5.6.7. Termo de aceite: responsável CREA-P assinatura do termo de aceite/recebimento provisório e do recebimento definitivo.

### **2.3.6. Serviço de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma EXCHANGER online**

- 2.3.6.1. Profissionais certificados Microsoft para planejamento do serviço.
- 2.3.6.2. Avaliação da Infraestrutura e Planejamento para Migração ao Microsoft 365.
- 2.3.6.3. Revisão das contas de e-mail, volume de dados e especificações técnicas.
- 2.3.6.4. Configuração de domínios e ajustes no DNS.
- 2.3.6.5. Criação e configuração de contas de usuário conforme licenciamento.
- 2.3.6.6. Definição de políticas de segurança e conformidade.
- 2.3.6.7. Estruturação de pastas e definição de acessos.
- 2.3.6.8. Estruturação do Entra ID para ambiente de autenticação seguro.
- 2.3.6.9. Transferência de até 150 contas de e-mail.
- 2.3.6.10. Sincronização e verificação da integridade dos dados.
- 2.3.6.11. Testes de Funcionalidade:
- 2.3.6.12. Validação de envio e recebimento de e-mails, acesso a contatos e calendários.
- 2.3.6.13. Treinamento de usuários para otimizar o uso da plataforma colaborativa.
- 2.3.6.14. Estruturação de contas de armazenamento no Azure para acomodação de dados legados.

### **2.3.7. Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft**

- 2.3.7.1. Profissionais certificados Microsoft para planejamento do serviço.
- 2.3.7.2. Construção e estruturação do ambiente do Sharepoint
- 2.3.7.3. Análise e movimentação de até 1,5 TB para estrutura Sharepoint e



## Serviço Público Federal

### Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA Termo de referência

- 2.3.7.4. One Drive organizada.
- 2.3.7.5. Inventário de dados.
- 2.3.7.6. Configuração do ambiente de destino.
- 2.3.7.7. Organização das pastas, permissão e boas práticas.
- 2.3.7.8. Regras e grupos de segurança de acesso as pastas.
- 2.3.7.9. Testes de Funcionalidade.
- 2.3.7.10. Treinamento de usuários para otimizar o uso do SharePoint.

#### 2.4. Requisitos que deverão ser considerados no atendimento do objeto.

- 2.4.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizada no mercado pela MICROSOFT.
- 2.4.2. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência do licenciamento, correções (patch) e atualização de versão disponíveis no site oficial da Microsoft.
- 2.4.3. O suporte técnico deverá estar disponível 24 horas por 7 dias da semana, em português ou por meio de um tradutor, a possibilidade de abertura de chamado, deverá estar disponível a qualquer hora.
- 2.4.4. O suporte deverá ser prestado durante todo o período da vigência das licenças, bem como realizado diretamente pelo fabricante ou por parceiros homologados.
- 2.4.5. Todos os softwares deverão conter versão em português do Brasil.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação justifica-se pelos requisitos e desafios levantados em fase de estudos da viabilidade e estudo técnico preliminar, conforme as considerações descritas;

Considerando que o CREA-PA já utiliza o pacote software de escritório da fabricante Microsoft a bastante tempo e seu quadro de colaboradores já tem a cultura de utilizá-lo, dominando toda as formas de produção de documento que esta ferramenta produz, não teríamos a perda na formatação dos documentos já produzidos, a insatisfação do usuário de reaprender a utilizar nova ferramenta e o todo o acervo de documentos estarão preservados e disponível para uso;

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista ser para a manutenção da atividade administrativa da Autarquia, decorrentes de necessidades prolongadas conforme inciso XV do Art. 6º da Lei Nº 14.133/2021.

### 4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Requisitos de Negócio

- 4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1.1. A solução deverá incluir integração com Active Directory, segurança avançada, colaboração por meio de software para reuniões on line, armazenamento em nuvem e suporte a dispositivos móveis. Deverá permitir instalação oferecer funcionalidades como e-mail corporativo, edição de documentos, videoconferência, gestão de tarefas e projetos colaborativos;
- 4.1.1.2. As especificações técnicas que o pacote de software deve ter estão descritas na tabela abaixo;

Funcionalidade	Descrição	Importância
E-Mail, Agenda e Contatos	Estas ferramentas devem funcionar através de Navegador WEB e/ou aplicativos baixáveis, e ter interface	Permitir uma comunicação eficiente a qualquer hora e de qualquer lugar.



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

	moderna, intuitiva, além de funcionarem de forma integrada.	
Mobilidade	Estar disponível nativamente para Notebooks com Windows, Tablets e Smartphones com iOS, Android.	A pluralidade de dispositivos móveis utilizados no Conselho obriga que a solução esteja disponível em diversas plataformas e a necessidade de ser nativa se justifica pela necessidade de uso do máximo de recursos disponíveis para se obter a melhor experiência a partir da plataforma utilizada.
Segurança no acesso	Autenticação em 2 etapas via entra ID, suporte a certificado digital e uso de tokens. Criptografia dos dados, proteção contra-ataques Hacker's e acesso restrito aos Data Centers que vão armazenar as informações em nuvem.	A segurança no acesso as informações e na proteção dos dados é fundamental para garantir privacidade, integridade e uso indevido de informações estratégicas. A principal ferramenta de comunicação utilizada é o e-mail e recursos adicionais vão garantir uma comunicação mais segura, eficiente e com alto grau de privacidade e controle no tráfego de informações estratégicas e confidenciais.
Recursos adicionais de segurança para mensagens de E-mail	Enviar E-mails que não podem ser encaminhados, impressos e não possam ser lidos após um período configurável.	
Data Center no Brasil	Permitir que as informações disponíveis na nuvem pública estejam armazenadas em Data Centers localizados no Brasil.	As contas que estão em nuvem pública tratam informações não estratégicas, porém é necessário que estes dados estejam no Brasil para que estejam sujeitos unicamente às leis e soberania brasileiras.
Pacote de Escritório	Pacote de aplicativos com Processador de Texto, Planilha Eletrônica, Apresentação.	Padronizar o uso de uma ferramenta de Escritório no Conselho, com aprendizado fácil.
Plataforma para implantação e gerenciamento de Sites, Intranets e Sistemas	Solução para implantação de intranet, gerenciamento eletrônico de documentos.	Integrar, Customizar e Expandir a solução.
Mensagem Instantânea e Videoconferência	Comunicação Instantânea de texto, áudio e vídeo, através da rede de dados.	Facilitar a comunicação entre os servidores, proporcionando redução nos custos de deslocamentos e chamadas telefônicas.
Sharepoint	Sharepoint para armazenamento de arquivos na nuvem.	

4.1.1.3. Contratação de licenças do tipo SaaS, para pacote de software Microsoft 365 Business Premium, Power BI PRO, Exchange online (plan 1), Serviços sob



## Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência demanda - Banco de Horas – 300 horas ano, suporte técnico especializado de consultoria com suporte através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, Exchange plan 1, Power BI PRO e Sharepoint.

4.1.1.4. No momento da implantação do objeto desta licitação, os serviços referentes a configuração, distribuição de licenças aos usuários deverão ser orçados e apresentada proposta de uso de banco de horas do serviço, suporte técnico especializado de consultoria e suporte, através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, EXCHANGER plan 1, Power BI e Sharepoint.

4.1.1.5. O serviço de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma EXCHANGER plan 1, deverá ser executado logo depois da vigência do contrato, para que não haja prejuízo aos usuários na tratativa dos e-mails institucionais, as tratativas para a migração e adaptação das contas para a nova plataforma deverá ocorrer em até dois dias uteis após a formalização do contrato.

4.1.1.6. Em seguida após a finalização da migração da plataforma de e-mail, será executado o serviço de instalação e migração do Sharepoint.

### 4.1.2. Requisitos de Capacitação;

4.1.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.1.2.2. Treinamento básico do funcionamento das licenças, não caracterizando capacitação técnica.

### 4.1.3. Requisitos Legais;

4.1.3.1. Além dos requisitos legais constantes no Estudo Técnico Preliminar-ETP, O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto nº 11.246/2022, de 27 de outubro de 2022.

### 4.1.4. Requisitos de Segurança e Privacidade;

4.1.4.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CREA-PA,

4.1.4.2. CONTRATADA deverá manter o sigilo e a confidencialidade das informações do CONTRATANTE;

4.1.4.3. A CONTRATADA deverá manter a neutralidade dos serviços prestados, portanto, não interferindo na operação e prestação de serviços do Datacenter do CONTRATANTE hospedado em seu site.

4.1.4.4. Todos os documentos e informações geradas por recursos da CONTRATADA que se referem ao ambiente computacional do Datacenter locado ao CREA-PA (ex.: procedimentos operacionais, dados contidos em seu servidor de arquivos, etc...) são de propriedade do CREA-PA e devem ser disponibilizados à sua equipe técnica ao final da prestação de serviços.

### 4.1.5. Requisitos de Experiência profissional;

4.1.5.1. Os serviços de assistência técnica e suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

### 4.1.6. Requisitos de Metodologia de Trabalho;

4.1.6.1. A execução dos serviços necessários com base nos bancos de horas, está condicionada ao recebimento pelo CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pelo CREA-PA, para em seguida a CONTRATADA encaminhar proposta comercial com a quantidade de horas e valor;

4.1.6.2. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica;

4.1.6.3. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos ao CREA-PA.

### 4.1.7. Garantia da Contratação;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 4.1.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% do valor global do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.1.7.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.1.7.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.1.7.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.1.8. **Subcontratação;**
  - 4.1.8.1. Não será admitida em hipótese alguma a subcontratação do objeto contratado.

## **5. PAPEIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.1.3. Encaminhar formalmente a demanda por meio de OS - Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.6. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;
- 5.1.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;
- 5.1.8. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada à Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;
- 5.1.9. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto/não prestação do serviço, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- 5.1.10. O CREA-PA, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;
- 5.1.11. O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado;

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao CREA-PA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme Lei nº 14.133/2021;
- 5.2.11. cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Termo de Referência e edital, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei, caso não se cumpra as exigências estabelecidas no Termo de Referência e instrumento convocatório, serão cabíveis as punições previstas pela Lei 14.133/2021;
- 5.2.12. efetuar a entrega do material/serviço de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e no Termo de Referência;
- 5.2.13. responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues nas dependências do CREA-PA em conformidade com o estabelecido nesse Termo de Referência;
- 5.2.14. comunicar ao Crea-PA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 5.2.15. evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.
- 5.2.16. assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, ao Crea-PA e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto contratado;
- 5.2.17. observar as normas legais de segurança a que está sujeito o objeto a ser contratado;
- 5.2.18. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 5.2.19. manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021;
- 5.2.20. manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;
- 5.2.21. submeter ao Crea-PA a logística de entrega dos materiais, indicando local, data e hora onde serão efetuadas as entregas;
- 5.2.22. reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique dano em decorrência do transporte, produtos com qualidade inferior ou outro motivo que comprometa seu recebimento, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação;
- 5.2.23. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.
- 5.2.24. a Contratada não poderá transferir, subcontratar ou ceder, total ou em partes, a qualquer título os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação dos objetos desta licitação, salvo quando expressamente autorizado pela Autoridade Superior do CREA-PA;
- 5.2.25. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.26. cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração;
- 5.2.27. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, no tocante aos materiais de sua responsabilidade;
- 5.2.28. realizar, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos, Artigo 33º, itens II e IV, a Logística Reversa dos materiais devolvidos/substituídos/vencidos, recolhendo os resíduos em poder do Crea-PA;
- 5.2.29. cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 5.2.30. apresentar, ao CREA-PA, Nota Fiscal da própria empresa com dados rigorosamente de acordo com as informações apresentadas na proposta comercial encaminhada ao CREA-PA;
- 5.2.31. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual;
- 5.2.32. responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual;
- 5.2.33. prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CREA-PA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.2.34. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado pelo CREA-PA, encarregado de acompanhar a execução do objeto contratual, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.2.35. é de responsabilidade da CONTRATADA, estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, no que tratar-se da manipulação dos dados do CREA-PA e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados;
- 5.2.36. assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, conteúdos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados ao CREA-PA, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar ao CREA-PA;
- 5.2.37. os serviços de suporte continuado do ambiente relacionado acima, terão o limite de até 10(dez) chamados/mês e envolvem apenas mão de obra técnica na solução. Não cobrindo qualquer substituição de peça ou produto não coberto pela garantia;
- 5.2.38. a licitante deverá possuir uma ferramenta de SERVICE DESK on-line e que siga as melhores práticas da certificação ITIL para a abertura e gerenciamento de chamados na utilização dos bancos de horas, a fim de acompanhar o tempo de resolução para cada atividade (SLA), bem como disponibilizá-los em filas de prioridades para cada ocorrência, serviço e/ou incidente;
- 5.2.39. a ferramenta mencionada deverá permitir que a CONTRATANTE realize abertura de chamados através de portal na Internet e/ou aplicativo de celular, sendo que cada chamado deverá possuir um código de identificação único que permita a sua rápida identificação;
- 5.2.40. o sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real pela CONTRATANTE dos chamados abertos e seus respectivos status, desde a abertura até a conclusão, além de permitir a visualização do histórico de todos os chamados finalizados;
- 5.2.41. para melhor gerenciamento dos chamados pela CONTRATADA, o sistema deverá possuir um painel (dashboard) que possua gráficos e outros tipos de visualizadores, além de permitir a geração de relatórios conforme necessidade e solicitação da CONTRATANTE;
- 5.2.42. para fins de comprovação, o licitante deverá informar o nome da ferramenta de service desk utilizada;
- 5.2.43. todo processo do serviço realizado deverá ser demonstrado em relatórios com todos os seus detalhes da sua execução;

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### 6.1. Condições de execução.

- 6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.1.2. início da execução do objeto, será de até 20 dias da assinatura do contrato;
- 6.1.3. descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;
- 6.1.4. cronograma de realização dos serviços;
- 6.1.5. local e horário da prestação dos serviços;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

6.1.6. planejamento da distribuição de licença do pacote MICROSOFT 365, para os usuários do CREA-PA, com o acompanhamento da equipe do CREA-PA;

#### 6.2. Materiais a serem disponibilizados.

6.2.1. Como é serviço de software, não há materiais físicos a serem disponibilizados;

#### 6.3. Mecanismos formais de comunicação;

6.3.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.3.2. Ordem de Serviço;

6.3.3. Ata de Reunião;

6.3.4. Ofício;

6.3.5. Sistema de abertura de chamados;

6.3.6. E-mails;

6.3.7. Telefone.

#### 6.4. Formas de Pagamento.

6.4.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.4.2. Pagamento Licenciamento Microsoft 365: em até 10 dias após aquisição das licenças.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### 7.5. Preposto

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

#### 7.6. Reunião Inicial

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 20 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.4. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.6.5. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.6. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.7. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

7.6.8. Apresentação das declarações/certificados necessárias que comprove que o serviço ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

#### 7.7. Fiscalização.

7.7.1.a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### 7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1.fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2.o fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.3.identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.4.o fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.5.no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.6.o fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### 7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1.o fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art.33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2.caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### 7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. o gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.2. o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.3. o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 7.10.4. o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 7.10.5. o gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 7.10.6. o gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);
- 7.10.7. o gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IA;
- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 8.2.1. não produzir os resultados acordados;
  - 8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 8.4.1. O pagamento será feito em períodos mensais definidos pela CONTRATADA, a partir da data do efetivo uso do serviço. Portanto, poderá haver faturamento proporcional até a data do fechamento do período de faturamento da CONTRATADA;
  - 8.4.2. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade dos tributos com a apresentação da Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT; Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Estadual e Municipal e Certidão de Regularidade do FGTS;
  - 8.4.3. Nenhum pagamento será feito a CONTRATADA se pendente de pagamento/cumprimento de qualquer multa/sanção que lhe tenha sido imposta, bem como se não forem apresentados os documentos acima exigidos;
  - 8.4.4. O documento de cobrança deve ser entregue ao CREA-PA com antecedência mínima de 5(cinco) dias da data de vencimento;
- 8.5. Do recebimento.
- 8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;
- 8.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 8.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);
- 8.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 8.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.17. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento.
- 8.18. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

Item	Ocorrências	Glosa/Sa <del>ção</del>
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (72) horas úteis.	Multa de 0,05% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 20 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

- 8.19. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:
- 8.19.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
  - 8.19.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 8.20. Liquidação
- 8.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.23. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.23.1. o prazo de validade;
  - 8.23.2. a data da emissão;
  - 8.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.23.5. o valor a pagar; e
  - 8.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.24. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.25. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line



## Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.25.1. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.25.2. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.25.3. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.30. Extinção do Contrato: Qualquer das partes poderá resolver de imediato o presente Contrato, mediante notificação por escrito à outra parte, quando:
  - 8.30.1. imotivadamente e sem ônus, mediante envio de Notificação de Rescisão à parte contrária, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
  - 8.30.2. decorridos 30 (trinta) dias da Notificação de Inadimplemento de qualquer cláusula e/ou obrigação deste Contrato, sem que a parte faltosa tenha sanado o descumprimento;
  - 8.30.3. a outra parte tiver sua falência decretada, ou recuperação extrajudicial ou judicial requerida, ou venha a ser declarada insolvente, e/ou ingresse em processo de liquidação de qualquer ordem;
  - 8.30.4. por motivos de caso fortuito ou força maior que impossibilitem a continuidade na prestação do serviço, desde que devidamente comprovados.
- 8.31. Prazo de pagamento
- 8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.33. Forma de pagamento.
- 8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



Serviço Público Federal

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.
- 9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.
- 9.3. Regime de execução.
- 9.4. O regime de execução do contrato será na forma indireta.
- 9.5. Da Aplicação da Margem de Preferência.
- 9.6. A margem de preferência não se aplica nesta contratação.
- 9.7. Exigências de habilitação.
- 9.8. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.
- 9.9. Habilitação jurídica.
- 9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.14. Via digital ou digitalizada de documento com foto oficial (RG, CNH, CTPS, carteira profissional, passaporte, dentre outros documentos expressos na Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009) do representante legal do licitante, para fins de assinatura do Termo de Contrato;
- 9.15. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.16. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- 9.17. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.18. Também será constatada, sob pena de inabilitação, a declaração no sistema de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 9.19. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 9.20. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;
- 9.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 9.22. Os documentos relativos a habilitação do Fornecedor que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.23. Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- 9.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.31. Qualificação Econômico-Financeira.
- 9.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.33. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.34.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 9.34.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 9.35. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.36. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped;
- 9.37. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 9.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);



## Serviço Público Federal

### **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência

- 9.39. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.40. Qualificação Técnica.
- 9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.42. Declaração emitida pela Microsoft, ou comprovação por meio de informação disponível no site oficial deste fabricante, com indicação expressa da respectiva URL, que comprove que a empresa possui designações ativas no Microsoft Cloud Partner Program, correspondentes às seguintes áreas de solução: Infraestrutura (Infrastructure) Dados & Inteligência Artificial (Data & AI), Segurança (Security);
- 9.43. Declaração de que dispõe no mínimo, 01 (um) profissional capacitado e detentor da seguinte qualificação/certificado: 01 (um) profissional MCP – Microsoft Certified Trainer
- 9.44. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.44.1. o período;
  - 9.44.2. a descrição e a manifestação quanto à regularidade da execução do objeto;
  - 9.44.3. a data de emissão do atestado e a clara identificação do seu emitente.
  - 9.44.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50% do objeto lícitado, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
  - 9.44.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
  - 9.44.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **10. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. O Valor médio mensal estimado da aquisição dos itens é de: R\$ 203.062,93 (duzentos e três mil, sessenta e dois reais e noventa e três centavos) mensal. Tendo o valor global do contrato para 60 meses no valor de R\$ R\$ 12.183.775,92 (doze milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos).
- 10.2. O valor anual de R\$ 2.389.020,12 (dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte reais e doze centavos) estarão previsto no contrato para eventuais serviços específicos, que serão demandados conforme necessidade da Seção de TI, após serem aprovados pela gestão do Conselho.
- 10.3. O valor de R\$ 41.592,50 (quarenta e um mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) estarão previstos no contrato para uso no momento de instalação e migração dos serviços descritos no item 2.3.6 e 2.3.7.
- 10.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CREA-PA.
- 10.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 10.6. Gestão/Unidade – Seção de Tecnologia da Informação.
- 10.7. Conforme disponibilidade orçamentária da conta 6.2.2.1.1.01.04.09.005 - Serviços de Informática, referente ao Plano de contratação anual, tabela quadro demonstrativo de contratação 2026, item 54 – Microsoft office, Teams, pacote office e nuvem.
- 10.8. As despesas decorrentes da execução dos serviços a serem contratados correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREA-PA.

SaaS/Licença de Serviços online, valor anual/ Global	R\$ 2.436.755,1840	R\$ 12.183.775,9200
Valor dos serviços por demanda, valor anual/ Global possível	R\$ 2.389.020,1200	R\$ 11.945.100,6000
Valor dos serviços de instalação e migração, pagamento único	R\$ 41.592,5000	



Serviço Público Federal

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA-PA** Termo de referência
- 10.9. O valor anual da soma de todos os itens desta licitação é de R\$ 4.867.367,80 (quatro milhões oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos). Ressalta-se que o valor de R\$ 41.592,50 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) será pago na implantação e migração dos serviços de uma única vez.

Item	CATSER	Descrição	Qtde	valor unitário	valor mês	valor anual	valor contrato
1	26077	Microsoft 365 - Business Premium	220	869,9975	191.399,4500	2.296.793,4000	11.483.967,0000
2	26077	Power BI PRO	5	595,8700	2.979,3500	35.752,2000	178.761,0000
3	26077	Exchange online (plan 1)	40	217,1033	8.684,1320	104.209,5840	521.047,9200
4	24970	Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)	300	400,0000	120.000,0000	1.440.000,0000	7.200.000,0000
5	27022	Suporte técnico especializado de consultoria e suporte através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 - Business Premium, Exchange plan 1 e sharepoint	300	263,6167	79.085,0100	949.020,1200	4.745.100,6000
6	27022	Serviço de migração completa das contas de e-mail ativas na plataforma zimbra para a plataforma Exchange plan 1	1	16.707,5000	16.707,5000	200.490,0000	1.002.450,0000
7	27022	Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft	1	24.885,0000	24.885,0000	298.620,0000	1.493.100,0000
				43.939,0875	443.740,4420	5.324.885,3040	26.624.426,5200

**11. REAJUSTE**

- 11.1. O primeiro reajuste poderá ser concedido um ano após a assinatura do contrato, levando em conta o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.
- 11.2. Os próximos reajustes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período do mesmo índice indicado no item anterior.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FRANCISCO ANTONIO SOUZA SOARES  
Data: 20/02/2026 11:00:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Belém, 20 de fevereiro de 2026

Francisco Soares  
Analista da Seção de Tecnologia da Informação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ - CREA-PA**

## **ANEXO 1 A – TERMO DE REFERÊNCIA**

### **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR**

#### Sumário

1. DO OBJETO: .....	2
2. DO CUMPRIMENTO E PAGAMENTO.....	2
3. PRIORIDADE DE ATENDIMENTO (MANUTENÇÃO) .....	2
4. SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZOS.....	2
5. INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇOS.....	3
6. Avaliação do Desempenho e Adequação do Pagamento: .....	3



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ - CREA-PA**

## 1. DO OBJETO:

- 1.1. O presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é uma ferramenta multifacetada e abrangente, transcendendo meramente a avaliação. Destinado a conduzir uma análise metódica e holística dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do CREA-PA. O IMR, será um instrumento de grande importância para proporcionar uma compreensão profunda e holística do alcance dos resultados esperados, na aquisição de 220 licenças do pacote Microsoft 365, 5 licenças Power BI PRO, 40 licenças do Exchange gerenciador de Email da Microsoft, 300 horas ano pra serviços de suporte Técnico, 300 horas ano pra serviços de suporte Especializado, e serviços específicos de migração, implantação, adaptação e configurações de usuários na plataforma EXCHANGER e Sharepoint, conforme delineado de forma mais minuciosa no Termo de Referência correspondente.

## 2. DO CUMPRIMENTO E PAGAMENTO

- 2.1. O cumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é condição para o pagamento dos serviços prestados.
- 2.2. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.
- 2.3. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Termo de Referência, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

## 3. PRIORIDADE DE ATENDIMENTO (MANUTENÇÃO)

- 3.1. A definição de prioridade de atendimento de manutenção é essencial para garantir o avanço eficiente dos serviços e o cumprimento dos prazos estabelecidos. Abaixo estão os diferentes níveis de prioridade e os respectivos prazos máximos de atendimento:

<b>Nível</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo Máximo de Atendimento</b>
3.1	EMERGÊNCIA	1h (uma hora)
3.2	URGENTE	24h (vinte e quatro horas)
3.3	ALTA	3 dias corridos
3.4	MÉDIA	7 dias corridos
3.5	BAIXA	15 dias corridos

## 4. SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

- 4.1. A possibilidade de suspensão ou prorrogação de prazos permite lidar com situações imprevistas e garantir a continuidade dos serviços de manutenção. O CREA-PA pode suspender ou prorrogar o prazo de atendimento mediante solicitação da CONTRATADA, desde que acompanhada de justificativa e programação adequadas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ - CREA-PA**

## 5. INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇOS

Item	Descrição da Ocorrência	Nível de Atendimento	Incidência	Pontos Perdidos
1	Falha no cesso do usuário ao logar com a licença concedida.	3.1	Por ocorrência	0,2
2	Não atendimento aos prazos de emergência e urgência.	–	Por dia	0,5
3	Não atendimento aos prazos de alta, média e baixa urgência.	–	Por dia	0,3
4	Atraso na execução do serviço acordado, esta ocorrência relaciona-se a falhas nos atendimentos de suporte ao pacote Microsoft 365, e ao servidor Exchange na manutenção de usuário e políticas de acesso.	3.2	Por serviço	0,1
5	Recusa ou descumprimento de serviço necessário, a equipe técnica da CONTRATADA em atuar de forma eficiente na solução do problema em tempo hábil.	–	Por dia	0,1
6	Uso indevido de recursos da CONTRATANTE.		Por ocorrência	0,2
7	Atendimento as demandas corretivas da fiscalização.	3.3	Por solicitação	0,1
8	Não conformidade com as especificações do Termo de Referência.	3.3	Por dia	0,2
9	Suspensão ou interrupção dos serviços contratados, neste item nós referimos ao link de internet contratado de forma continua nos 7 dias da semana por 24h do dia.	3.2	Por ocorrência	0,2
10	Fraude, manipulação ou descaracterização de indicadores	–	Por serviço	0,3

## 6. Avaliação do Desempenho e Adequação do Pagamento:

- 6.1. A avaliação do desempenho será realizada por meio da Nota de Avaliação de Serviço (NAS), calculada conforme a fórmula:  $NAS = 10 - \Sigma \text{Pontos Perdidos}$
- 6.2. A meta a ser cumprida pela CONTRATADA é uma NAS maior ou igual a 9,0.
- 6.3. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas será conforme a tabela abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ - CREA-PA**

Nota de Avaliação de Serviço (NAS)	Condição de Pagamento
$\geq 9,0$	Pagamento integral
$8,0 \leq NAS < 9,0$	Notificação
$5,0 \leq NAS < 8,0$	Desconto de 1% do valor faturado
$< 5,0$	Desconto de 5% do valor faturado

- 6.4. Notificação simples, quando a NAS for inferior a 9,0 e igual ou superior a 8,0.
- 6.5. Desconto de 1% do valor faturado (mensal) por ponto perdido, quando a NAS for inferior a 8,0 e igual ou superior a 5,0;
- 6.6. Desconto de 5% do valor faturado (mensal), quando a NAS for inferior a 5,0.
- 6.7. Os descontos supramencionados incidirão sobre o valor total constante na Nota Fiscal.

Belém, 12 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FRANCISCO ANTONIO SOUZA SOARES  
Data: 12/02/2026 13:30:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisco Soares

Analista da Seção de Tecnologia da Informação

## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### PAPEL TIMBRADO

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

**UASG: CREA-PA: 389426 PROCESSO Nº 654251/2026 – CREA-PA**

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Telefone/fax/whatsapp:		e-mail:

Proposta de preços para a contratação de empresa para o fornecimento de licenças Microsoft, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças de software, mas também a execução de serviços de suporte técnico, implantação das soluções, consultoria especializada e treinamento dos usuários finais, nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos do edital do PE Nº 90002-2026.

GRUPO 1							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Microsoft 365 – Business Premium	26077	Licenças	220	R\$	R\$	R\$
2	Power BI PRO	26077	Licenças	5	R\$	R\$	R\$
3	Exchange online (plan 1)	26077	Licenças	40	R\$	R\$	R\$
4	Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)	27332	Horas Totais	300	R\$	R\$	R\$
5	Suporte técnico especializado de consultoria e suporte através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 – Business Premium Exchange plan 1 e sharepoint	27332	Horas Totais	300	R\$	R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ

6	Serviço de migração completa das contas de e-mails ativas na plataforma zimbra para a plataforma Exchange plan 1	27022	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
7	Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft	27022	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL				R\$			

1 - Declaramos que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas previstas em lei, de qualquer natureza incluindo taxas, frete, seguro e quaisquer outros custos incidentes sobre o serviço cotado de forma direta ou indireta.

2 - Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e Termo de Referência, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nas cláusulas da Minuta de Contrato, parte integrante do Edital.

3 - O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sessão de abertura da licitação.

4 - Em caso de discordância existente entre as especificações do(s) objeto(s) descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Edital e seus Anexos, prevalecerão as últimas.

5 - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço: Telefone/Fax:

Cidade: UF: CEP:

Banco: Agência:

**Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do contrato:**

Nome Completo:

Estado Civil: Nacionalidade:

RG: CPF/MF: Cargo/Função:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ**

Endereço Residencial:

Cidade/UF/CEP:

Endereço Eletrônico:          Telefone:

(Cidade – UF),    de          de 2026.

Nome legível e assinatura do representante legal da empresa

Cargo

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC**  
**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ/CREA-PA

(Processo Administrativo nº 654251/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI O CREA-PA E A  
EMPRESA.....

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ - CREA/PA**, Autarquia Federal, entidade de fiscalização do exercício profissional instituída pela Lei Federal nº 5.194/66, com sede na Travessa Dr. Moraes nº 194, Nazaré, na cidade de Belém/Pará, CEP 66035-080, inscrito no CNPJ sob o nº 05.065.511/0001-05, neste ato representado por sua Presidente, a Sra. Eng.<sup>a</sup> Civil ADRIANA FALCONERI REBELO BOY, nomeada pelo Termo de Posse, de 13 de dezembro de 2023, publicado no DOU de 02 de janeiro de 2024, portadora da Matrícula Funcional nº 69, doravante denominado CONTRATANTE, e, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 654251/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para o fornecimento de licenças Microsoft, abrangendo não apenas a disponibilização das licenças de software, mas também a execução de serviços de suporte técnico, implantação das soluções, consultoria especializada e treinamento dos usuários finais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Microsoft 365 – Business Premium	26077	Licenças	220	R\$	R\$	R\$
2	Power BI PRO	26077	Licenças	5	R\$	R\$	R\$

<b>3</b>	Exchange online (plan 1)	26077	Licenças	40	R\$	R\$	R\$
<b>4</b>	Serviços sob demanda (Banco de Horas – 300 horas ano)	27332	Horas Totais	300	R\$	R\$	R\$
<b>5</b>	Suporte técnico especializado de consultoria e suporte através de profissionais certificados Microsoft nos produtos Microsoft 365 – Business Premium Exchange plan 1 e sharepoint	27332	Horas Totais	300	R\$	R\$	R\$
<b>6</b>	Serviço de migração completa das contas de e-mails ativas na plataforma zimbra para a plataforma Exchange plan 1	27022	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
<b>7</b>	Instalação e migração do Sharepoint, por profissionais certificados Microsoft	27022	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL GLOBAL</b>				<b>R\$</b>			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05(cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação que trata o objeto do contrato é condicionada a avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deve ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, conforme itens 6, 7, 8 e 9.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, conforme item 4.1.8.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total anual de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, conforme item 8.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, conforme item 11.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Além daquelas já definidas no item 5(cinco) do Termo de Referência, são obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60(sessenta) dias úteis.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. Além daquelas já definidas no item 5(cinco) do Termo de Referência, o CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.36. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.36.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. É de responsabilidade da CONTRATADA, estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados do CREA/PA e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, item 4.1.7.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Além das hipóteses previstas no Termo de Referência, O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.4. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.4.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREA-PA, na dotação abaixo discriminada:

15.2. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.09.005 – Serviços de Informática;

15.3. Centro de Custo: 70.01 - Seção de Tecnologia da Informação;

15.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém-PA, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Belém/PA, -----de ----- de 2026.

Eng<sup>a</sup>. Civil ADRIANA FALCONERI REBELO BOY  
Presidente do CREA-PA  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Visto do Jurídico:

1- CREA-PA

2- CONTRATADA

Adv. Yuri Jordy Nascimento Figueiredo  
Procuradoria Jurídica - OAB/PA 14.597